

COLETIVOS DE PSICANALISTAS: PÉ DENTRO, PÉ FORA DE MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Ivan Ramos ESTEVÃO²
Augusto Ribeiro COARACY NETO³

Resumo

Esse artigo tem como objetivo analisar a emergência plural de coletivos de psicanalistas no Brasil de 2012 em diante. Apostamos numa costura desses coletivos com os clamores políticos brasileiros do período, especificamente as formas de participação política. Isso porque entendemos serem esses coletivos atuações que ligam a psicanálise, sua clínica e formação, com ativismo político e com diversos territórios. Primeiro, desenhamos um contorno do conjunto desses coletivos, mantendo suas bordas imprecisas, pois entendemos que suas características são pautadas no comum instituído como prática. Depois, retomamos as manifestações de junho de 2013, destacando lá a emergência de estilos de ativismo e das contradições advindas do "sentimento antissistema", em meio à ascensão de discursos reacionários. Por fim, relacionamos os coletivos a uma década de políticas de redistribuição de renda e de inclusão no ensino, cujos resultados materiais vieram junto ao incremento da precarização no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Psicanálise; Participação política; Coletivos; Clínicas Públicas; Comum.

COLLECTIVES OF PSYCHOANALYSTS: IN AND OUT OF SOCIAL MOVEMENTS

Abstract

This article aims to analyze the plural emergence of collectives of psychoanalysts in Brazil from 2012 onwards. We propose to intertwine these collectives with the Brazilian political protests of the period, specifically the forms of political participation. This is because we understand that these collectives are initiatives that involve psychoanalysis, its clinic and training, with political activism and various territories. First, we outline the ensemble of these collectives, keeping its boundary imprecise, as we understand their characteristics to be the establishment of the common as a practice. Then, we revisit June 2013 demonstrations, highlighting the emergence of styles of activism and the contradictions arising from the "anti-system sentiment", amid the rise of reactionary discourses. Finally, we relate the

¹ Trabalho subvencionado com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Universidade de São Paulo (USP), Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: irestevao@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0191-3253>

³ Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Psicologia, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: augustocoaracy@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7323-4188>

collectives to a decade of income redistribution policies and inclusion in education, indicating that the material results of such policies came along with the increase in precariousness in the world of work.

Keywords: *Psychoanalysis; Political participation; Collectives; Free Clinics; Common.*

COLECTIVOS DE PSICOANALISTAS: DENTRO Y FUERA DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la emergencia plural de colectivos de psicoanalistas en Brasil desde 2012 en adelante. Nos enfocamos en entrelazar estos colectivos con los clamores políticos del período, específicamente las formas de participación política. Entendemos que estos colectivos son acciones que involucran el psicoanálisis, su práctica clínica y formación, junto con el activismo político y varios territorios. En primer lugar, delineamos el conjunto de estos colectivos, manteniendo sus bordas imprecisas, ya que entendemos que sus características se basan en lo común instituido como práctica. Luego, retomamos las manifestaciones de junio de 2013, destacando allí la emergencia de estilos de activismo y las contradicciones derivadas del "sentimiento antisistema", en medio del ascenso de discursos reaccionarios. Por último, relacionamos los colectivos con una década de políticas de redistribución del ingreso y de inclusión en la educación, cuyos resultados se produjeron junto con la precarización en el mundo del trabajo.

Palabras-clave: *Psicoanálisis; Participación política; Colectivos; Clínicas Gratuitas; Común.*

2

INTRODUÇÃO

Este artigo traz elementos de uma pesquisa de doutorado, ainda em curso, sobre a emergência diversificada de coletivos de psicanalistas na última década, muitas vezes chamados de Clínicas Públicas. Faremos um trabalho de bordejar o conjunto plural que abrange esses coletivos, associando-os a algumas reflexões sobre a participação política no Brasil, em suas tensões e contradições desde 2013. Depois, pensaremos no contexto que serve para emergência dos coletivos de psicanalistas, considerando as políticas de redistribuição de renda e ingresso no ensino superior, na primeira década de governo petista (2003-2013), como também a crescente precarização do trabalho, o que se associa, entre outras coisas, à proliferação de ofertas mercadológicas de formação em psicanálise. Um recorte histórico que considera elementos gerais, primeiro, no ciclo de protestos de rua em junho de 2013, depois no impeachment de 2016 e no período de governo conservador seguinte.

Esse viés de abordagem traz, de saída, a escolha de não particularizar os coletivos, embora cada um tenha sua história, ênfases e especificidades. Isso porque é de nosso

interesse pensar os elementos sociais e históricos gerais envolvidos em tal emergência diversificada de coletivos de psicanalistas – essa forma peculiar aos nossos tempos de formação e clínica em psicanálise, assim como de ativismo.

No primeiro momento deste texto, faremos uma caracterização dessa diversidade que propomos ser mínima, tanto para dar uma mostra do que seriam esses coletivos, como para manter distante uma esquematização precoce do que seria essa experiência ainda vigente. Como veremos, a heterogênea emergência de coletivos de psicanalistas na última década é vinculada aos clamores políticos que vivemos, oferecendo respostas, ou até reações, ao incremento de discursos conservadores. Ao que parece, isso é algo que se dá partindo daquilo resta ou não pode ser incluído nos espaços mais institucionalizados da psicanálise.

Um conjunto de bordas imprecisas

Para começar, daremos alguns contornos do que seria essa heterogeneidade de coletivos. São movimentações que, geralmente, não partem das instituições de formação em psicanálise, apesar de que não raro encontramos psicanalistas membros de instituições compondo coletivos. Outras vezes, seus membros ou suas propostas partem das universidades públicas, ou ainda, de articulações da sociedade civil, sem nenhuma instituição de base. Emergiram em várias partes do Brasil, mesmo que com maior quantidade no Sudeste. Levantam, de antemão, bandeiras, estilos de ação política, instigando a clínica e a formação.

Como âncora de nossa delimitação temporal, temos o Margens Clínicas (SP), que iniciou suas atividades em 2012, e cujos projetos realizados em mais de uma década de atuação são bons sinalizadores dos clamores políticos que vivemos nesse período. Lidaram, no início, com a cartografia da memória de jovens periféricos; com a clínica e formação da escuta relativos à violência de Estado; depois, se ocuparam da memória e testemunho da violência praticada na ditadura militar brasileira; por fim, sustentam projetos diversos, como o Aquilombamento nas Margens.

Aqui faremos uma enumeração de alguns destes coletivos, a título de exemplificar certo "campo de ativismo" (Alonso. 2023), expressão que será melhor trabalhada oportunamente. Então, a amarração entre clínica, formação em psicanálise e ativismo passa a ocorrer seja na clínica de populações LGBTQIAPN+ (Falatrans/MG, Roda de Escuta LGBTQI+/SE); seja no desenvolvimento de dispositivos antirracistas e/ou decoloniais (Ocupação Psicanalítica/MG/BA/ES/RJ, Margem Psicanálise - Fortaleza/CE; Pontes da Psicanálise/PE); seja no cuidado específico de mulheres (Projeto Gradiva/RS; Divam/SP), ou de pessoas em situação de rua (Rede Sur/SP; Psicanálise na Rua/MT).

Outros, pensam clínica e formação a partir da construção da memória coletiva e contra aquilo que é apagado no território (Museu das Memórias (In)Possíveis, Porto Alegre/RS) ou na memória-das violências de Estado (Margens Clínicas/SP). Ainda mais, a clínica e formação se ligam à luta contra a privatização de espaços públicos e pela territorialização dos cuidados

(Estação Psicanálise - Campinas/SP, ClínicAberta de Psicanálise - Santos/SP, Psimaré e Psicanálise no Jacarezinho/RJ).

Os periféricos constroem clínicas e processos formativos junto à construção de formas de existência, material e coletiva, encarando as problemáticas de quem busca se autorizar como psicanalista, mas, devido às exclusões típicas das periferias urbanas, fica barrado do acesso a concentrações de capital e do saber psicanalítico (Perifanálise/SP). Ou até variações desses últimos aspectos, trazendo em seu bojo o discurso comunista e em favor da revolução (Psicanálise Periférica/SP).

É claro, os exemplos citados em cada um destes tópicos acima podem estar presentes em vários outros tópicos mencionados ou ainda não mencionados. O que se espera transmitir com essa listagem, ainda insuficiente, é a complexidade e variações dentro de um campo de iniciativas que enlaçam psicanálise com ativismo, que, ao que tudo indica, procura estar à esquerda do espectro político.

E que alarga certa noção de território, compreendendo aquilo que é pulsante em certo recorte, geralmente ligado a um espaço, mas podendo ser uma delimitação de questão política e histórica, que afeta o modo de escutar e teorizar sobre certos sofrimentos. Essa amarração entre território, política e história aponta para além do ideal de que seriam os próprios coletivos aqueles encarregados de gerar acesso universal ao tratamento em psicanálise. Aliás, propor-se a ser a garantia de um acesso universal pode ser um disparate narcísico!

O que parece estar em jogo no uso diversificado do termo território, transversal às experiências de coletivos é um modo de conceber a psicanálise afetada por territórios específicos e por questões históricas e políticas. Então, marcamos que uma característica desse conjunto impreciso de coletivos é a formação e prática clínica instigada pelo ativismo e pelos territórios – e não a tutela, por parte do saber psicanalítico e dos psicanalistas, do campo político ou do território.

O mencionado ideal de acesso universal à psicanálise, já imaginado por Freud (2010) como um direito das populações, é algo que só seria possível através do Sistema Único de Saúde, uma Clínica Pública certamente. Aliás, vale sempre lembrar que a atuação do psicanalista no SUS e em outras políticas públicas é algo com vasta pesquisa e publicação, campo de pesquisa que não costuma ser referido como "Clínica Pública de Psicanálise" – este nome se dá tipicamente aos coletivos.

Então, cada uma dessas iniciativas tem um nome próprio, com uma autodesignação como "coletivo", "Clínica Pública", "Clínica de Borda" ou "Clínica Aberta", entre outros. Isso já é uma questão, pois cada uma dessas designações revela e apaga certas ênfases. Comentaremos alguns um destes nomes muito usados.

O nome Clínicas Públicas é muito associado ao livro "As Clínicas Públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social" (Danto, 2019). Quando foi publicado no Brasil em 2019, momento em que tivemos uma vasta proliferação de coletivos, o nome Clínica Pública e o resgate histórico deste livro foram importantes para os coletivos que emergiram então: um nome e

um lastro simbólico foram fundamentais. No entanto, aqui enfatizamos, junto com Broide⁴ (2019) no prefácio deste mesmo livro, *a importância dessa nomeação não apagar o mencionado campo de práticas e pesquisas relativos à clínica psicanalítica nas políticas públicas brasileiras*.

Vale lembrar que o nome Clínica Pública nomeia uma experiência importante, ocorrida na Vila Itororó (São Paulo/SP) entre 2017 e 2020, alavancadora do ânimo para psicanalistas organizarem-se em coletivos. Destaca-se a publicação de textos e uma estética, muito acolhidos pelos outros coletivos. Lemos uma noção de Clínica Pública concebida como uma política da psicanálise com relação à cidade (psíquica), por sua vez, ligada à produção e à escuta do sofrimento (Guimarães, 2020a).

É interessante notar a presença, na forma de entrelaçar cidade e clínica, do estilo do MPL (Movimento Passe Livre), melhor descrito adiante no texto. Encontramos expressões como “desmonetização do inconsciente” e “pulou a catraca e foi ao analista”, junto a uma clínica pensada em torno de Milton Santos e Freud. Vendo essa referência, logo notamos uma perspectiva que muito interessa aqui: a direta ligação a um território e a um estilo de escrita e ação que se entrelaça com movimentos sociais.

Além disso, nessa Clínica Pública houve a produção artística autoral que teve grande circulação naquele momento. Nessa produção, vemos imagens que entrelaçam a psicanálise com ativismo e elementos do candomblé – figuras que foram se tornando cada vez mais comuns por entre os coletivos de certa vertente. Um estilo de ativismo que é política e esteticamente mais próximo de experiências marginais e periféricas. Essa convergência de estilos e perspectivas é ressaltada quando lemos a entrevista, feita por Guimarães (2020b), do coletivo Perifanálise.

Outra experiência paulistana marcante deste momento, cujo nome e textos circularam bastante, foi a Clínica Aberta da Casa do Povo. Foi lá que foi concebida a metodologia específica do rodízio/Grupo Analista e prática territorial, proposta por Ab'Saber (2020), realizando a clínica sem pagamento em dinheiro. Nascida em 2016, foram os primeiros a construir uma lógica clínica de revezamento de psicanalistas a cada encontro clínico. Em outro momento, o coletivo se reúne e, em suas supervisões, constroem o “Grupo Analista” – no caso da Clínica Aberta, com o referencial teórico de Kaes e Bion (uma interessante diferença com relação a uma parte expressiva dos coletivos, de leitura freudolacanianiana).

A prática clínica com rodízio de analistas encontrou diversas apropriações por outros coletivos, como também recebeu muitos questionamentos, mantendo-se até hoje como uma questão clínica viva. Para citar algumas variações, temos a lógica da rotatividade e/ou fixação de analistas (Psicanálise na Praça Roosevelt/SP), que iniciou suas atividades diretamente

⁴ Aliás, esse autor e Emília Broide são parte memorável e precursora de práticas que associam clínica psicanalítica e território, tendo experiências, muito recordadas pelos atuais coletivos, que ocorreram à década de 1970 com a população em situação de rua nas praças de Osasco (SP) e Porto Alegre (RS), quando passam a desenvolver a metodologia da Escuta Territorial. Nessa metodologia, a psicanálise não “vem antes”, mas concomitante e implicada na escuta e na presença no território.

ligadas à Clínica Aberta; ou ainda, a visão-de-gira de analistas (Pontes da Psicanálise/PE), além de outros.

Já o termo Clínicas de Borda é referente a um esforço de divulgação e publicação de algumas dessas experiências, por uma organização inicial do laboratório PSILACS (UFMG), mas que se descentralizou, sendo então gestada pelos próprios coletivos, que se organizaram para financiar coletivamente e publicar seus textos no formato inspirado em zines, com apoio da Editora N-1. A nomeação "bordas" alude a esse litoral entre coletivos, movimentos sociais, instituições e universidades, em que o saber e a prática das Clínicas de Borda se encontram.

Dentre os 22 zines das Clínicas de Borda, aqueles universitários, a princípio, nos causaram resistência.: não pareciam compor com o conjunto diverso que aqui nos ocupamos. A resistência, sabemos, é sinal de transferência e, lidos os zines, é fácil constatar que foi oportuno atravessar essa resistência. Fica claro que estão presentes, nessas iniciativas, elementos transversais na heterogeneidade dos coletivos: uma clínica que parte do território, com explícito endereçamento político e articulação com movimentos sociais e sem pagamentos em dinheiro para a clínica. Vemos as iniciativas universitárias de borda atuarem numa lógica clínica parecida com várias que já mencionamos: primeiro ouvir as demandas e pensar numa intervenção clínica, depois, junto de atores territoriais, ser inventivo na metodologia clínica, desde que partindo da psicanálise. Ademais, é importante frisar que são universidades públicas, em que uma outra variação de Clínica Pública é proposta.

6

Nesse texto, como já deve ter sido percebido, vamos utilizar o termo "coletivos" para designar o recorte diversificado e transversal proposto. Ele nos parece ser costumeiro em seu uso nos textos, *lives* e encontros, além de ser aquecido naquilo que pretendemos enfatizar, que é o entrelaçamento de ativismo político e a psicanálise.

Enfim, além da designação como coletivo, Clínica Pública, etc., muitas vezes o nome próprio da iniciativa é criado a partir de seus próprios territórios, seja o espacial/geográfico, seja o campo de atuação, como vimos acima. A preferência por autonear-se, por parte destes coletivos, a partir de seu território, traz questões que cada qual, a seu modo, se coloca a lidar.

Por exemplo, que consequência tem, especialmente para as, os e us psicanalistas componentes destes coletivos, optar por sustentar um passo importante de suas respectivas formações em uma coletividade que leva em seu nome a referência a um território? Como a teoria e a clínica podem se afetar pelo encontro com tais territórios? Seria essa formação descentralizada em um território um outro alicerce ou uma espécie de "complemento" para a formação realizada em instituições clássicas e no consultório privado?

Além disso, há variações com relação à circulação de dinheiro e sobre o financiamento destas práticas, cujo levantamento que conseguimos aqui fazer é aproximado, por haver poucas fontes e referências para tal apanhado. É possível indicar que há muitos coletivos, especialmente os compostos por pessoas de classe média, em que circula pouco ou nenhum dinheiro, seja para o ganho dos que neles trabalham, seja como pagamento por parte dos pacientes das clínicas ou das pessoas em formação.

Outros, são iniciativas que conseguem fomentos, e buscam ativamente por isso, por parte da iniciativa privada ou pública – especialmente, aqueles cujos membros não teriam tempo ou demais condições de ter outra fonte de renda além do coletivo, como é o caso das triplas jornadas de trabalho dos membros dos coletivos periféricos e de pessoas recém graduadas. Há os que vinculam suas atividades clínicas e de formação a quantias combinadas a cada caso. Ainda outros, especialmente os que partem das universidades, entram numa circulação de valores, renda e trabalho que são conforme cada realidade universitária pública local. Há, portanto, marcada diferença, entre os coletivos, de idade, raça, classe e gênero, a respeito de seus componentes e/ou público para quem se destina suas ações.

É importante apontar que a prática e o cotidiano desses coletivos, cada qual a seu modo, é fundamentalmente calcada no fazer, discutir e transmitir a clínica psicanalítica ou a sua teoria. Daí um dos motivos para dizerem-se uma prática de formação. Também, é rico perceber como o estudo da história da psicanálise aparece em vários programas desses coletivos, como no processo formativo de quatro semestres proposto pelo Psicanálise Periférica (SP) chamado TransFormação Para Uma Escuta Analítica Territorial, a valores acessíveis.

O interessante é que tais práticas são estabelecidas, muitas vezes, em modos associativos que remetem à noção de coletivo autonomista, com traços de horizontalidade e circulação. Mas, isso não é generalizável para todas as experiências, pois algumas têm coordenadores, supervisores ou lideranças, explícitas ou tácitas. Ou ainda, se organizam a partir do aquilombamento, consistindo, muitas vezes, numa hibridez dentre esses modos éticos, estéticos e organizativos.

Cada vez mais parece difícil dar contornos rígidos para um conjunto dentre essa diversidade. Mas há algo aí, proliferante, rico, com suas contradições e diferenças internas. Parece que o modo de abordar essa pluralidade não deve começar por um ímpeto de demarcar fronteiras, dizendo quem é e quem não é um coletivo, ou Clínica Pública, etc. É por isso que andaremos, neste texto, nas bordas e litorais por entre o que haveria de comum entre esses coletivos de psicanalistas.

Aqui, convocamos a noção de comum conforme Dardot e Laval (2017) discutem. Trata-se de uma concepção do comum como aquilo que resta inapropriável, o que seria o único modo de instituí-lo: avesso a qualquer direito de propriedade, que redundaria em um modo privado do comum, de posse, e não coletivo. A alternativa que aí se impõe a partir dessa estratégia do comum não é mais "entre propriedade comum e propriedade privada (...)", mas "entre o inapropriável e a propriedade, seja privada, seja estatal" (p. 244). Esse é um modo de instituir o comum como prática, não como "imanência", muito menos como um "bem", que se possa possuir ou listar. O que isso implica?

Visto que a estratégia comum não seria um fundamento moral, uma lista infinita de "bens" comuns, um clamor religioso pela solidariedade ou um idílico retorno às raízes da comunidade, ele seria instituído numa prática coletiva. O comum apontaria para uma "participação não no sentido de pertencimento, mas no sentido da 'igualdade ao tomar

parte'." (p. 247). A igualdade em tomar parte, resgatada por Dardot e Laval em Aristóteles, e seu pôr em comum, indicam que "não é a comunidade política que, uma vez constituída, garante a instauração da atividade de pôr em comum num contexto preexistente, mas é, ao contrário, a atividade de pôr em comum que faz existir o comum da comunidade política" (p. 247-248).

É, portanto, uma atividade instaurativa, contínua e constante que ampara o comum, mantido como inapropriável e coletivo. E isso nos ajudará a manter as bordas dentre a diversidade de coletivos não como fronteiras, nem ter o estatuto de pertença a essa diversidade como propriedade intelectual de seja quem for. O comum entra, então, como aposta naquilo que estaria sendo instituído pela prática dos coletivos, mas também como postura de pesquisa dos autores diante da força instituinte desses coletivos.

Reconhecido esse conjunto de bordas imprecisas, colocamos algumas questões que guiam nosso percurso histórico, da próxima sessão. Se é tão pungente o ativismo político dos psicanalistas dos coletivos, por que seus integrantes não foram, antes, atuar em movimentos sociais já estabelecidos ou em partidos políticos? Ou ainda: por que não se filiar, ou pelo menos pedir apoio, ou até partir das instituições de psicanálise? Ou, ao contrário, essas experiências redundariam num alívio de consciência ou modismo?

Diante dessas questões, podemos costurar um viés para nossa análise: consideramos que muitos coletivos operam com um pé dentro e um pé fora de formas institucionais mais estabelecidas, como as Universidades ou as escolas de Psicanálise. Mas, também, operam com um pé dentro e um pé fora dos próprios movimentos sociais, como os que compõem as lutas antirracistas, as lutas decoloniais, anticapitalistas, etc.

Podemos verificar que sua força insurgente ora é direcionada contra as violências e segregações internas à psicanálise (acesso às instituições, teoria e tratamento), em especial os processos formativos; ora direcionada contra as desigualdades e violências do próprio tecido social brasileiro. Com relação a esse "dentro" e "fora" da psicanálise, consideramos que o campo da psicanálise não seria algo excepcional com relação à sociedade ou ao momento histórico, como aliás parece ser a disposição de Freud (1908/2015), nos primórdios da psicanálise. Assim, ressaltamos uma obviedade: a emergência dos coletivos aqui em questão nos parece como resultado de um processo histórico brasileiro.

Isso justifica que esta pesquisa siga pensando na participação política dos anos 2013 para cá. Ou melhor: isto é algo que se impõe para poder analisar essa emergência plural, pois os coletivos parecem ser uma peculiar variação dentre diversos estilos de ativismo, conjugada com a psicanálise, sua clínica e formação – lidando com aquilo que os espaços institucionalizados da psicanálise mais clássicos não consideram ou excluem, o que é tipicamente uma tarefa de movimentos sociais e forças insurgentes. Começamos pelas manifestações de junho de 2013.

Junho de 2013

Para começar a pensar alguns dos estilos de ativismo e de organização presentes de 2013 para cá, lembramos que o ciclo de manifestações de junho de 2013 começa com a convocação do MPL/São Paulo (Movimento Passe Livre) contra o aumento da passagem do transporte público na capital paulista (Altman e Carlotto, 2023; Monteiro, 2023). Logo vimos a alta repressão policial e a cobertura condenatória da mídia contra o "vandalismo". Esse momento inicial das manifestações não foi fruto de um espontaneísmo, mas um movimento típico das táticas e do modo de ação do MPL, um estilo de ação direta então já com bastante lastro, que ali recebeu destaque, mas que nasceu bem antes, no Fórum Social Mundial de 2005 (Porto Alegre) (Monteiro, 2023). E que é mais uma volta diante de um conflito urbano típico brasileiro sobre o transporte, com barreiras de classe e raça muito bem estipuladas (Rolnik & Andres, 2023).

Algo muito comum já desde os primeiros momentos das manifestações de 2013 era a circulação de uma revolta antissistema. Num primeiro momento, era associada a um estilo mais progressista, com a colocação de perspectivas anticapitalistas, muitas vezes com a descrença nos partidos, nas instituições e na representação política. Já começaria aí uma fagulha daquilo que viria a comparecer misturado logo adiante: o pedido por "mais direitos", a luta pelo acesso à cidade, o uso compartilhado de espaços públicos, etc. Também, na ocasião, tomou a cena pública a denúncia do genocídio da população negra, a defesa das populações LGBTQIAP+, feita por uma luta urbana com característica popular e composta por pessoas periféricas (Rolnik & Andres, 2023). Vários destes enunciados e pautas misturados seguem no atual ativismo dos coletivos de psicanalistas.

Após alguns dias dessas manifestações, no dia 13 de junho de 2013, a repressão policial chega a seu auge, contando com 200 detidos e jornalistas feridos (Altman & Carlotto, 2023). Daí em diante houve uma mudança na opinião pública e da mídia a favor das manifestações. A violência da polícia passa a ser muito criticada.

A diversificação de pautas, de cores nas bandeiras, de estilo e tradições de luta, passou a eclodir nas ruas de diferentes cidades nos dias seguintes. No entanto, começa a ficar cada vez mais estampado que a presença de várias dessas pessoas nas ruas "não é só por 20 centavos", relativos ao aumento da passagem. As pautas, deste ponto em diante, ficam cada vez mais impossíveis de serem unificadas, pois, muitas vezes, eram inconciliáveis entre si.

Nos dias seguintes, manifestações já ocorriam em diversas cidades do país, sempre tensionando a qualidade e o preço do transporte. Compareciam pedidos por "mais direitos", ou a "educação padrão FIFA", ou ainda, revoltas contra a violência racista de Estado, que compareciam nos cartazes "Liberdade para Rafael Braga"⁵. Além disso, começavam a emergir

⁵ Rafael Braga foi preso em meio aos protestos contra o aumento do transporte por portar frascos de Pinho Sol e água sanitária, que foram tratados como explosivos. Ele foi o único condenado, julgado e preso no Rio de Janeiro pelas manifestações, sendo que não estava participando delas, apenas dormia no local. Esse caso, junto com o desaparecimento de Amarildo na Rocinha/RJ em julho de 2013, após ele ser injustamente preso, tornam-

os cartazes contra a corrupção, pauta essa que então aglomerou pessoas de todos os espectros políticos, antes de ser organizada como trunfo de direita.

Nessa toada, agora já com o aumento da passagem revogado em centenas de cidades, e sem a convocação do MPL, mais de 1 milhão de pessoas passaram a ocupar as ruas no dia 20/06/2013. Bem diferente dos dias iniciais, em São Paulo a composição racial e de classe dos manifestantes era predominantemente branca e de classe média para cima, não de habituais usuários de transporte público (Nunes, 2023). Sua forma de convocação para as ruas contava com o apoio explícito da grande mídia. A feição das manifestações de rua passa a ser, deste ponto em diante, a de movimentos reacionários.

Antes de avançarmos, deixamos melhor situadas duas expressões utilizadas como viés de nossa análise: estilo e campo de ativismo (Alonso, 2023). O estilo de ativismo refere-se aos arranjos relativamente estáveis de códigos estéticos, desde as marcas corporais aos vestuários, e de símbolos, signos de pertencimentos e técnicas organizacionais. Assim, o estilo de ativismo seriam "feixes frouxos, mas imediatamente identificáveis, que tornam certas performances políticas reconhecíveis e as distinguem das demais" (p. 294). A autora efetiva essa noção com vista às políticas de rua, pensando na ocupação das ruas em junho de 2013 por autonomistas, socialistas e ativistas patriotas.

Já o campo de ativismo é uma derivação do conceito de campo político-estratégico, de Fligstein e McAdam, que a autora refere também às performances de política de rua. Para ela, este campo é onde situam-se "movimentos sociais com mesmo estilo de ativismo e agendas vizinhas (ou não diametralmente opostas)" (p.294), construindo um campo de colaboração e coalizão contra campos opostos. Para as duas expressões, extrapolamos a perspectiva da autora sobre performances políticas de rua e pensaremos na atuação dos coletivos de psicanalistas, que, em sua diferença, constituem um campo comum, especialmente por terem antagonistas bem evidentes de 2013 em diante.

Deixaremos para outro trabalho a análise mais profunda de junho de 2013, suas causas e consequências, como a consolidação de um estilo de ativismo ultraconservador. O que nos convoca é perceber que daí em diante ramificaram-se modos de participação política que são pertinentes para pensar a diversidade dos coletivos de psicanalistas. Nesse quesito, nos interessa como seguiram os conflitos no campo de ativismo mais à esquerda, que, antes e depois da chegada dos estilos de ativismo patriotas, não era e não seguiu homogêneo.

Para pensar na heterogeneidade dos coletivos de psicanalistas, tomaremos as diferenças de estilos de ativismo que convergiram nesse campo à esquerda, contingencialmente, em aliança contra os discursos fascistas que emergiram. Alonso (2023) os distingue como os autonomistas e socialistas, distinção que nos parece insuficiente para pensar a diversidade dos coletivos de psicanalistas. Seus estilos de ativismo são híbridos dentre esses dois, sem contar "estilos" oriundos do aquilombamento e da própria psicanálise.

se simbólicos da seletividade penal e da violência de Estado, aspectos sempre denunciados no Brasil, tanto mais de 2013 em diante (Nunes, 2023).

Estevão, I. R., & Coaracy Neto, A. R. (2024). Coletivos de psicanalistas: pé dentro, pé fora de movimentos sociais. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p06.

De toda forma, vislumbramos um campo de ativismo, que é parte do caldo para a emergência dos coletivos.

Para finalizar, indicamos que, dentre as várias posições que costumeiramente se tomam para analisar junho de 2013, aquela de que tais manifestações seriam o "ovo da serpente" – eclosão que levaria a um ponto de não retorno no surgimento e estabelecimento das forças reacionárias no Brasil – não é de nosso agrado, pois é simplista e rápida, uma vez que o legado de 2013 ainda está em disputa e sua análise é mais complexa. Os coletivos de psicanalistas seriam um modo estratificado, uma ramificação, nos anos seguintes, do que começou a se mostrar de uma forma mais evidente desde junho de 2013.

Um campo embolado

Agora, colocamos em questão, nesse retorno a junho de 2013, elementos ideológicos, que são uma base material para os modos de participação política. Primeiro, como dissemos, a crescente emergência de coletivos de psicanalistas na última década é vinculada aos clamores políticos que vivemos, oferecendo respostas, ou até reações, ao incremento de discursos conservadores. A resistência a estes discursos é algo efetivamente muito mobilizador, que conclama a participação política, algo a que parte dos/as/us psicanalistas não ficaram indiferentes.

Seguinte, o sentimento antissistema, o ódio com relação ao Estado (ou até ao capitalismo), a descrença com instituições e com a representatividade – tudo isso alimentou uma diversidade de estilos de ativismo, à esquerda e à direita, o que seria uma das causas da profusão vista nas ruas em 2013 (Roussef, 2023; Altman e Carlotto, 2023; Alonso, 2023). Esse sentimento serviria de alimento para um campo ideológico que podemos compreender, com Alonso (2023), como "várias comunidades morais em que reverberou o mantra "arregaçar as mangas" para agir onde o Estado claudicava" (p. 71), ou apenas de "participacionismo" (p.69). Segundo a autora, começou a ficar bem-marcado, no início da década de 2010, um empuxo a cooperativas, empreendimentos e coletivos.

A "ação direta" é algo rapidamente associado aos estilos de ativismo no campo progressista. No entanto, Alonso descreve como isso foi a base, também, para estilos de ativismo que se parecem com empreendedorismo, ou com lógicas anglicistas de empoderamento, ao que acrescentaríamos, o mote típico reacionário de "fazer justiça com as próprias mãos". Assim, mesmo considerando os coletivos uma legítima forma de ativismo, nos interessa apontar elementos da ideologia neoliberal, como o encerramento das ações em bolhas, facilmente capturáveis pelo mercado, além de imperativos de produtivismo e de competição total (Dardot e Laval, 2017), importantes para a análise de sua diversidade.

Há diferenças tensas e contraditórias com relação a esse tipo de engajamento político, apoiado no sentimento antissistema. Muitas das lutas que podem dar ensejo ao ímpeto de fazer com as próprias mãos são inspiradoras, da ordem da contracultura, do punk, do pouco

convencional, o que, segundo Alonso (2023), foi um anzol que fisgou parte de uma geração de ativismo brasileiro para uma vertente autonomista, avessa aos conservadorismos.

No entanto, a força antissistema não se restringe a essa perspectiva. Ela também movimentou os ativismos de direita, muitas vezes malcomunados com o antipetismo ou a antipolítica. Na polivalência desse sentimento antissistema, não se desenha uma “polarização” entre esquerda e fascismo, o que seria temerário. O que estamos enfatizando é que ele também se manifesta, de forma subterrânea e ambivalente, como um certo empuxo à participação política organizada por ideologias neoliberais e anti Estado.

Com isso, estamos pensando mais especificamente em imperativos de ser "empreendedor de si", junto a gestão do sofrimento psíquico para melhor performance, ter a imagem de uma empresa como uma definição de normalidade psicológica (Safatle, 2021). Fazer com as próprias mãos, "ser a mudança que se pretende no mundo", avesso às instituições, partidos, movimentos – mas colocar-se, assim, "motivado" por um empuxo ao normal dessa época histórica, em linha com o produtivismo. Isso pode comparecer em ativismos de qualquer campo político e pode trazer uma noção de "autonomia" mais próxima à uma sujeição de "egos" a padrões disciplinares, individualizantes e meritocráticos (Safatle, 2020).

Tal complexidade seria o que Alonso (2023) entende como comunidades morais, ou o que podemos pensar como bolhas, que seriam "o" agente da mudança positiva, dentre todo o espectro político. Isso é, basicamente, uma característica, ou melhor, uma dificuldade da ação política de nossos tempos, pois pode ser mais uma sujeição do que um efetivo compromisso político e de transformação. Não poderia ser diferente: essas contradições e zonas tensas da ação política atravessam os coletivos de psicanalistas, bem como todo nosso tecido social.

O que estamos apontando aqui é que de 2013 em diante pulverizaram-se formas de se associar por parte da população civil organizada, por vezes mantendo, outras vezes matando, em sua aproximação aos imperativos neoliberais, a potência da luta antissistema de vocação antirracista, autonomista ou socialista, que inspira o "faça com as próprias mãos". Se pensarmos no avesso dessas lutas, lembramos que estamos nos anos em que o anarcocapitalismo tem lastro e seguidores.

Aliás, Alonso (2013) lembra, também, da mistura de comício, balcão de negócios, show e culto, típico de uma forma de ativismo conservador premente da última década, que seria o de certo extrato das religiões evangélicas, que tomaram a política, repetindo a cantilena liberal, ensejando um modo de participação política que se apoia no sentimento antissistema. Então, esse sentimento pode facilmente inspirar movimentos neofascistas, e o "ser contra tudo isso que está aí" foi algo vociferado caricaturalmente na emergência do bolsonarismo. Nesse sentido, há aí o vislumbre de um eixo complexo, antissistema, que é um fio histórico em torno do qual há uma costura específica entre os coletivos de psicanálise, política e clínica.

Toda essa discussão pode dar um caminho para pensar por que os membros dos coletivos de psicanalistas, ao invés de entrarem em partidos ou movimentos sociais mais estabelecidos, ou até partir de instituições de psicanálise, preferiram atuar em coletivos. Há nisso, portanto, alcances e contradições típicas de nossos tempos. Algo que talvez possa encontrar eco na posição de Lima (2018) sobre a emergência dos coletivos: pessoas que desejam se formar em psicanálise, em meio a um descontentamento de que as formações em psicanálise estariam encasteladas, distantes da sociedade brasileira, teriam "uma certa descrença estratégica no *establishment* institucionais de formação de psicanalistas" (p.293-294).

O *establishment* das instituições não estaria sustentando, ou ainda, estaria excluindo certo descontentamento causado por essa revolta e descrença generalizadas, presente no nosso tecido social. Esse sentimento antissistema pode ser convertido na força das lutas antirracistas, anticapitalistas e contra lógicas de opressão estruturantes das desigualdades brasileiras, e, ao que parece, isso não foi algo que encontrou espaço nas institucionalidades já estabelecidas. A força e a forma "antissistema" dessas lutas anticapitalistas, antirracistas, etc., é histórica, tal como a falta de espaço institucional para comportá-las, que não é novidade. Os coletivos dessa última década podem ter sido um destino possível para essas forças. Há um pé fora das instituições aí, que dá a ver aquilo que escaparia a elas, fincado pelas experiências de formação de/em coletivos.

Nesse campo embolado, outro ponto que ressaltamos são os estilos de ativismo em junho de 2013 que, em suas ramificações nos anos seguintes, seriam parte do caldo para a emergência diversa de coletivos de psicanalistas. Alonso (2023) distingue em 2013 dois estilos predominantes no campo à esquerda: os autonomistas e socialistas. Embora possamos reconhecer várias linhas de confluência com esses dois estilos dentro dos coletivos de psicanalistas, não nos parece elucidativo da pluralidade destes uma aplicação acachapante. Não funciona pensar que eles seriam ou socialistas, ou autonomistas, pois, nos parece ser geralmente algo híbrido, ou além desses estilos.

Numa primeira impressão, as lutas em torno de raça, sexualidade e gênero, bem como a regularidade do uso do próprio termo "coletivo", trazem uma intuitiva semelhança dos coletivos de psicanalistas com o estilo autonomista, nas categorias de Alonso. Segundo ela, as lutas chamadas de "identitárias" estariam contempladas nesse estilo. No entanto, os autonomistas e as lutas interseccionais não são uma contraposição ao socialismo, nem entre os coletivos de psicanalistas, nem em correntes socialistas brasileiras, como vemos em Clóvis Moura (2022).

Alguns coletivos reúnem discussões de raça, classe, gênero e revolução a um só tempo, como vemos nos artigos de atuantes no Psicanálise Periférica/São Paulo (Sousa e Magalhães, 2023) ou no Psicanálise na Rua/Brasília (Guimarães e Jardim, 2022), pensando comunismo ligado a perspectivas de lutas antirracistas. Outro exemplo: membros do Margens Clínicas fazem processos de formação clínica na perspectiva do aquilombamento, além do trabalho acadêmico incidindo na escuta antirracista na clínica (Dos Santos, 2023). O que coletamos é

uma vocação insurgente, de rebeldia, a experimentação com estilos organizativos, de deliberação e conjugação de prática clínica e política, que se apoia em estilos de movimentos e lutas sociais históricos.

No que diz respeito às diferenças de classe, esses dois estilos de ativismo que estivemos debatendo parecem influenciar os modos de recrutar, organizar e atuar de coletivos de psicanalistas de classe média, que são muitos. No que diz respeito aos periféricos e marginais, um ativismo referido aos quilombos parece compor, inclusive, ter a preponderância. As leituras de Beatriz Nascimento, Lélia González, Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Frantz Fanon são de primeira ordem. Diferença essa importante, pois evoca a ancestralidade afro-diaspórica na agência das lutas e modos de vida que ocorreram em solo brasileiro.

Dessa forma, o que pode soar progressista e à esquerda para os estilos autonomistas e socialistas, pode não ter o mesmo valor nos coletivos periféricos. Isso caracteriza mais a hibridez de estilos entre os diversos coletivos, pois o que advém dos quilombos também não está apartado de termos como "coletivo", "circulação", "revolução", etc.

A própria hibridez de estilos, então, pode ser um pé dentro e um pé fora dos movimentos sociais, por parte dos coletivos. Uma vez que, em alguns casos, essa hibridez pode indicar uma relutância em afirmar-se, com dois pés dentro, como luta política, seja qual pauta ou estilo em questão, ao mesmo tempo em que são utilizadas terminologias e práticas de movimentos sociais – talvez apaziguadas, talvez realçadas pela psicanálise. Seja como for, esse percurso pelos estilos de ativismo mostra como o modelo da escola de psicanálise, por exemplo, aquele pensado por Lacan (2001), de evidente incidência política, não parece servir tanto como modelo.

Por fim, é possível vislumbrar como o ciclo de protestos de junho de 2013 não traz um movimento social unificado, com uma agenda, mas diversas agendas simultâneas, muitas vezes não entrelaçadas e sim justapostas. Analogamente, os coletivos de psicanalistas não são unificados, mas um jogo intrincado de ações e reações, ligados ao campo que se quer progressista, em acirrada disputa.

"Não pense em crise, trabalhe"

Abordamos agora alguns anos após junho de 2013, com as ruas já mais ocupadas pelos chamados "cidadãos de bem", junto com discursos neofascistas. Os coletivos de psicanálise, embora já existam alguns desde o início da década de 2010, não emergem tanto em 2013, mas tem seu *boom* entre 2017 e 2022. Camarão (no prelo) aponta: "em nenhum momento da história da psicanálise do Brasil, um número tão grande de coletivos foi criado em um período tão curto de tempo" (p.4), considerando que esta autora contabilizou, em março de 2023, 93 coletivos de psicanálise e de psicologia.

Isso pode ser pensado como o tempo depois da retirada da então presidenta Dilma Rousseff do poder de modo ilegítimo, em 2016. Daí em diante parece que o motivo de

emergência comum dentre vários dos coletivos de psicanalistas seria menos uma contestação das políticas do PT, como foi o caso do ciclo de protestos de junho 2013, e mais, curiosamente, uma defesa de que as instituições "retornem" a operar normalmente (leia-se: sem golpes, militares e/ou parlamentares). Do final de 2016 ao escancaramento de discursos ultraconservadores, tivemos reações por parte de movimentos sociais e outros atores, incluindo os coletivos de psicanalistas, conjugadas às lutas interseccionais. Mais do que reações, esperamos que seja uma alternativa pungente ao neofascismo.

Vários dos coletivos de psicanalistas são imbuídos desse espírito, em postura de denúncia da ausência de tais debates e lutas em parte das instituições psicanalíticas. Isso compõem a crítica típica, que ouvimos circular nos debates entre coletivos, de que a psicanálise seria elitista. Elitista aqui pensando que o movimento psicanalítico brasileiro seria mais um ator social histórico que se manteve em silêncio ou facilitador do apagamento das discussões sobre o racismo, o patriarcalismo, fóbico às dissidências de gênero, a luta anticapitalista, etc.

Tudo isso é somado a outro aspecto. A diversidade de coletivos de psicanalistas só é possível se considerarmos o efeito de anos de políticas redistribuição de renda, iniciada nos primeiros governos do PT. Bem como a crescente precarização do trabalho, típica de nossos tempos. O Bolsa Família, criado em 2003, unificando programas de assistência no Cadastro Único, beneficiou 11 milhões de famílias a partir de 2006, e gerou um crescimento de curto prazo para a renda familiar, sobretudo dos mais pobres – algo inédito na história brasileira (Alonso, 2023, p. 24). Junto a isso, no chamado "*boom* de commodities", os setores médios da sociedade foram vastamente alargados.

Isso traz bastante o que pensar no que diz respeito às condições de possibilidade da emergência de coletivos, num Brasil que partilhou bens e saberes antes quase impossíveis de circular. O que pode ter favorecido o acesso à psicanálise, ainda que de forma incipiente. E nos parece que a emergência de coletivos é bastante tributária deste pequeno, mas substancial, avanço das condições materiais, que colocam a perspectiva de maior igualdade ainda, como mencionam membros do Psicanálise Periférica/SP (Souza e Magalhães, 2023).

Lembremos que diante das políticas redistributivas, eram comuns as críticas à esquerda, denunciando o seu aspecto conciliatório. Alonso (2023) retoma opiniões recorrentes: haveria nessas políticas uma dimensão ilusória, como se a luta social estivesse encerrada, contanto que os de cima continuassem no topo. Críticas que apontavam a "conciliação de classes" ou a "inclusão pelo consumo".

No entanto, de forma mais contundente, houve uma reação conservadora com relação à redistribuição de renda. A ascensão de populações tipicamente pauperizadas a territórios e possibilidades de consumo que até então eram excluídos culminou numa perda de "status relativo" das classes altas (Alonso, 2023). Isso se evidencia com a explicitação das manifestações de racismo, que são antigas conhecidas dos brasileiros. Lembra a pesquisa de Souza (2021), que trata do sofrimento da população negra que melhorou sua condição

econômica na década de 70/80, agora em sua versão anos 2000/2010. Nos dois casos, o ideal do eu branco segue opressor.

Assim, vimos e vemos ainda certa banalização de uma violência típica de um país colonizado, em meio ao incremento neofascista dos discursos. Houve o avolumamento e maior denúncia de episódios racistas, classistas e misóginos no campo público, concomitante à tomada das ruas por pessoas e discursos nacionalistas. Essa modernização sem transformação social, como diria Clóvis Moura (2022), encontrou as formas atuais de combater o racismo, a misoginia, entre outras violências – elementos que compõem de forma explícita os coletivos de psicanalistas.

Outro ponto importante deste período histórico. O diploma de nível superior, antes sinônimo inequívoco de alta renda, passa a ser mais acessível. Algo de uma lógica hereditária e classista da partilha do saber no Brasil foi quebrado. Isso se deu não só pela multiplicação de vagas e centenas de novos câmpus, de 2003 a 2013 (Alonso, 2023, p.25). Houve também programas de ingresso e de bolsas, que foram determinantes para que em 2010 fosse verificado um aumento de 26,7% do número total de universitários, comparando com 2003 (idem). Tais programas como PROUNI (Programa Universidade Para Todos), REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), Universidade Aberta do Brasil e as cotas raciais, foram fundamentais para maior acesso e alguma redistribuição das possibilidades de formação, emprego e renda da população.

Pensamos que os anos do chamado *boom* (Camarão, no prelo) de coletivos de psicanalistas, nos anos 2017 a 2022, são banhados nesse contexto. Os coletivos são várias vezes compostos por recém-formados nessas novas possibilidades de acesso. É possível ouvir nos debates informais entre coletivos a menção à importância desta mudança histórica nesses últimos anos com relação ao ensino: uma condição material para a emergência da diversidade de coletivos.

No entanto, não é de se espantar que as vozes destes coletivos não sejam apenas de uma cordial gratidão a tal regime de partilha dos bens. Ao mesmo tempo em que houve esse incremento nas possibilidades formativas, não só houve o incremento da mobilização de vozes reacionárias com relação à diversidades de raça, classe e gênero ocupando minimamente outras posições na sociedade. Também, é evidenciada a deterioração do mundo do trabalho, isso em escala global, em função do acirramento neoliberal dos costumes e modos de governo. Ou seja, a chamada "conciliação de classes" deixou sempre uma grande massa precarizada, e alguns dos coletivos de psicanalistas tornaram-se formas de posicionamento ou de pertença com relação a isso. Recordemos que em 2017 a Reforma Trabalhista foi promulgada, dando condições para maior precarização dos trabalhadores, feita num governo cujo slogan era: "não pense em crise, trabalhe".

Ao passo que temos um volume maior de pessoas diplomadas, o valor relativo do diploma é precarizado. Por exemplo, a graduação em psicologia no Brasil contou com o número aproximado de 440 mil pessoas com diploma em 2022 (CFP, 2022). O mercado, as condições de trabalho e a renda relativa ao campo psi. não circula democraticamente entre

formados em faculdades particulares mais populares com relação aos formandos em universidades públicas prestigiosas. Nem mesmo o próprio mundo do trabalho de uma pessoa diplomada, de antemão, é uma garantia para a não precarização do trabalho.

Não temos como calcular o quanto desse enorme número de formandos em psicologia teria interesse na psicanálise, mesmo que não seja leviano apontar que muitos/as/us em formação psicanalítica cursaram psicologia. A psicanálise, por sua vez, é cada vez mais presente no debate público e em certo imaginário liberal de uma "carreira de sucesso"⁶. O que podemos afirmar a partir destes números é que a psicanálise facilmente pode estar engendrada numa lógica de precarização do trabalho e de segregação na formação, com ilusões de um pote de ouro no final do arco-íris meritocrático, a partir de formações que apelam para o empreendedorismo.

Esse tipo de ilusão parece atinente à generalização da precarização do trabalhador, atualmente (Abílio, 2020). A realidade de trabalho, cada vez mais, é mediada por plataformas digitais, com algoritmos, indistinção entre o que é e o que não é trabalho, a partir da informalização generalizada do trabalho, especialmente em termos de espaços e tempos das ocupações e das autoexigências. Mais ainda: o trabalho é cada vez mais agenciado por novos modos de monopolização, por poucas empresas, concomitante ao esfacelamento dos direitos e da possibilidade de regulação por parte dos Estados ou das próprias empresas. A informalidade torna-se auto justificada para trabalhadores e administrável por empresas.

O que interessa ver nessa generalização da precarização, que essa autora denomina de uberização do trabalho, é a prevalência subjetiva da ideologia de que cada indivíduo tem que ser um empreendedor de si num mundo de competição total. Segundo a autora, essa precarização atual visibiliza algo que há muito está aí na realidade do capitalismo. Mesmo que sua dimensão de vigilância, de monopólio e tecnológica tenha novidades, este tipo de trabalho precarizado é uma generalização de características do que é historicamente atribuído ao trabalho das mulheres, invisibilizado e informal. Além "de características estruturantes da exploração do trabalho na periferia, que foram comumente obscurecidas e tratadas como marginais e agora revelam mais claramente sua centralidade no modo de produção capitalista" (idem, p. 113-114). O imperativo, pois, é tornar-se empreendedor, não separando bem o que seria informalidade e formalidade, hora e local de trabalho e de descanso.

Dessa forma, tais mudanças no mundo do trabalho não só afetam a escuta clínica dos trabalhadores por parte dos psicanalistas. Também, afetam as formas como as pessoas podem se colocar na formação em psicanálise, e até as formas com que pessoas se autorizaram como psicanalistas, na esperança de abrir-se um campo profissional que lhe dê melhores oportunidades. O que complica isso é que essa lógica de precarização do trabalho e os imperativos neoliberais se traduzem em instituições mercadológicas de formação em

⁶ Vide as páginas nas redes sociais que ensinam dicas práticas para um psi., psicanalista incluso, operar como um profissional liberal, conseguir clientes, cuidar de sua imagem profissional. Nada parecido com pensar a psicanálise no sentido de luta organizada de trabalhadores.

psicanálise, jogando fora o debate complexo e necessário sobre a formação em psicanálise. Não esqueçamos que no final de 2021 surgiu o primeiro bacharelado em psicanálise, oficializado pelo MEC e com aspecto comercial evidente, vendendo um "futuro profissional de sucesso".

Em meio às quedas econômicas e sociais de 2017 para cá, em especial, o período da pandemia de covid-19 (2020-2022), trabalhadores de categorias diversas, que estiveram bastante pauperizadas neste período, sem fomento público ou privado, recorreram à psicanálise como uma fonte de renda. Também, ricos, bem-sucedidos, imersos na própria imagem, colocavam nas redes sociais um extra em seus currículos: psicanalista. É necessário cautela para não generalizar um julgamento sobre processos formativos e como se autorizam candidatos a psicanalista, supondo que tudo isso seria simples oportunismo, nem que esses não tenham um processo analítico que os leve a isso. O oportunismo está na proliferação de instituições comerciais que ganham capitalizando em cima dos nomes dos autores de psicanálise, formações que produzem carteirinhas de psicanalista.

Nos parece que a ideologia meritocrática neoliberal, a naturalização da precarização do trabalho informal no cotidiano e as condições políticas dos últimos anos parecem trazer bases materiais para pensar certo lugar ilusório que a psicanálise pode ter ocupado, imaginariamente, como fonte de renda rápida. Não acreditamos que a psicanálise seja o único campo em que isso aconteceu, mas há sim peculiaridades, a respeito de sua formação específica, particularmente a análise pessoal, algo que talvez não devesse coadunar com este empreendedorismo. E isso anda junto a seu crescente lugar no debate público, o que nos parece algo salutar que seja mantido e disputado, mesmo que possa servir de ocasião para oportunismos do mercado.

No caso das singulares autorizações de candidatos à psicanalista, e o respectivo reconhecimento disso, é de se pensar que os coletivos de psicanalistas seriam contorno para pessoas, que podem ou não estar em condições precarizadas de subsistência, se autorizem como psicanalistas, mesmo que buscando um ideal ilusório de renda. Isso seria algo que suscita autorizações de psicanalistas menos preparados? Mas, nesse caso, menos preparados seria devido ao ideal de renda ou pela suposta insuficiência do trabalho clínico de um coletivo? Ainda assim, seria condenável caso ocorra a autorização de um(a)(e) psicanalista em uma instituição de prestígio, guardando em seu íntimo a manutenção de seus privilégios e/ou perseguindo sua própria fonte de renda? E isso seria um problema, em instituição ou coletivo, se há efetivada uma formação de um psicanalista, incluindo divã e/ou cadeira de praia na praça?

Sempre é difícil apontar quem são os pares e os ímpares para realizar tais reconhecimentos e contornos relativos à fronteira de "quem é psicanalista". No entanto, pretender vasculhar "intimamente" as pessoas e seus clamores por mais renda não parece servir para destrinchar esse assunto. A questão parece ser mais a comercialização de diplomas de psicanalistas numa sociedade que é excludente e violenta. Mas então, esse contorno feito por formações marginais: seria um lampejo de democratização da psicanálise?

De todo modo, esse campo de questões alude ao complexo tema da psicanálise como forma de trabalho, algo que encontra muita resistência de ser debatido em espaços institucionais mais tradicionais (malgrado o empuxo ao carreirismo, típico de nossos tempos, presente nesses espaços). Pensar nos psicanalistas como trabalhadores, que poderiam se organizar como tal, é assunto que ganha amplo lastro nos debates entre coletivos.

Pé dentro, pé fora de movimentos sociais

Na ampla variação entre os coletivos, podemos apontar alguns "pés fora" dos movimentos sociais. Por exemplo, muitos membros de coletivos são também de escolas grandes e internacionais de psicanálise, o que não configura uma contradição com movimentos sociais em si, mas pode ser pensado como um pé fora destes. Isso se pensarmos essa dupla pertença como uma sobreimplicação (Loureau, 2004) dos seus agentes, que estariam atendendo a tendências políticas diversas a um só tempo – sendo o coletivo um mero "complemento" de uma formação possivelmente encerrada no consultório privado, sem propriamente uma afetação da psicanálise. Seria mais uma "transposição" dela para outros contextos extramuros, algo mais parecido com um alívio de consciência.

Há um outro "pé fora" dos movimentos sociais destes coletivos, ao partirmos da clínica como modo de ação política. Afinal a clínica psicanalítica torna-se insustentável se o encontro clínico for pautado na demanda do psicanalista de que aquele que lhe fala venha a adequar-se ao seu próprio pensamento político. Isso seria uma estratégia de dominação disfarçada de psicanálise. Mesmo assim, tomando este cuidado, é que há um possível avanço, ou, no mínimo, uma disposição, por parte dos coletivos de psicanalistas, em não desvincular ativismo político do debate epistemológico e ético. Espera-se que tal disposição não redunde em outra idealização, de que a psicanálise seja uma espécie de panaceia para os males políticos. De toda forma, a psicanálise não seria um instrumento "eficaz", que daria "evidência" de seus "resultados de sucesso", uma vez que isso é avesso à sua ética, sendo uma aliada complexa na luta social.

Seria este debate sinal de uma precipitação precoce, irrefletida, mesmo assim, instituinte, por parte dos coletivos? Com Louriou (2004), podemos pensar o que seria uma força instituinte. Essa não é sem sua relação com o já instituído: não é como se os coletivos fossem a pura flor do instituinte, do "novo", contra o que já estaria institucionalizado.

Assim, essa troca de passos dentro e fora das instituições e movimentos sociais parece compor o conjunto plural dos coletivos de psicanalistas como um "movimento social de retaguarda". Pensando assim, estariam na retaguarda dos demais movimentos sociais, podendo ter função muito importante assim, inclusive nas políticas de cuidado, mas também na crítica e na formulação política. É curiosa essa nomeação a que chegamos, um movimento social de retaguarda, pois contrasta com uma pretensão política legítima, mas, talvez, inconfessa: ser de vanguarda.

Seja como for, contando que não vire um ensimesmamento, num *frisson* de ineditismo ou coisa que o valha, a vanguarda não é algo condenável, pois guarda a força de movimento. Melhor dizendo: importa que a prática política a partir de um coletivo de psicanalistas não seja respaldo para um suposto "(...) anel de superioridade moral, mas ajuste de contas e fidelidade a um passivo histórico de luta social" do movimento psicanalítico (Dunker, p. 13, 2023). Assim, o pé dentro e pé fora, essa dança peculiar, pode ser imaginada ao modo com que Lourau (2004, p. 64) trata o instituído e o instituinte:

Seria "bom demais" se o instituído se confundisse sempre com o aparelho de coação, com o poder estabelecido das classes dominantes. Seria bom demais se o instituinte se confundisse com a capacidade de análise e de contestação potencial atribuída a cada indivíduo ou a uma categoria social de contornos precisos, carismaticamente encarregados de fazer a história.

Realçar isso, afinal, é complexificar esse gesto de alguns dos coletivos: partir para ação e aí, no tempo depois, sistematizar algum saber. Como se determinados coletivos fossem, sobretudo, forças reativas, no sentido de apenas reagir ao crescimento do neofascismo. Ou, ao contrário, isso seria uma potência própria, de uma capacidade de movimentação e de espanar o mofo, essa força que ainda está em curso. De toda forma, a dialética entre instituído e instituinte ajuda a não idealizar o "frescor", a "inventividade", como se fossem a ilustre aparição da novidade contra o velho, já estabelecido.

Há outra coisa que poderia ser pensada, à primeira vista, como um "pé fora" dos movimentos sociais, mas, ao contrário, pensamos ser um pé dentro importante. Há coletivos que emergem do vínculo com as universidades, mas cuja linha de ação se aproxima necessariamente de movimentos sociais, conforme mencionamos no início deste texto. Todos estes precisam atuar em territórios e junto a movimentos sociais para realizarem sua intervenção clínica, pesquisa e ativismo. Têm pés dentro das universidades e outro pé em quilombos, nos movimentos LGBTQIAPN+, nas redes feministas, em instituições de acolhimento de imigrantes, nas bases territoriais de populações em vulnerabilidade social, etc.

Interessante esse momento em que a noção de extensão universitária, que poderia nomear a ação dessas iniciativas, com a possibilidade de publicação de artigos em periódicos formais, não parece atender às suas vocações. E seus membros escolhem se nomear como coletivos de psicanálise ou Clínicas de Borda. Após nossa análise dos zines das Clínicas de Borda universitárias, vemos que é rico perceber a universidade sendo, mais uma vez, lugar de emanção e articulação da disputa pública e política, inclusive com movimentos sociais.

Nossos tempos impõem uma universidade insulada e precarizada, com perspectivas altamente profissionalizantes e carreiristas, desligada da pesquisa e da sociedade. Ou seja, o percurso para atravessar nossa resistência em amalgamar esses projetos universitários juntos aos demais coletivos de psicanalistas passa por reconhecer naqueles a luta por potencializar

o que a universidade pública tem de mais poroso e instituinte. Articular-se e participar ativamente da movimentação dos coletivos de psicanalistas é uma extensão da extensão universitária pública, uma articulação que cabe entre universidade e sociedade, suas demandas e urgências. Nada mal, haja vista que, dentre a diversidade de coletivos, parece estar em disputa os usos do termo "público", mais aproximados do comum e menos de uma burocracia de Estado.

Entre vários pés, coletivamente, nos parece que esse processo em marcha dos coletivos de psicanalistas poderia andar como uma "centopeia", imagem construída no zine do Margem Psicanálise/CE (2023). Reivindicando o campo público como um quarto pé para a formação de psicanalistas, argumentam:

A Margem se propõe a uma formação do psicanalista em aberto, que leve em conta a heteronomia da esfera pública no percurso permanente de tornar-se analista. O público assim ressurgiu elevado à dignidade de um "quarto pé" da clássica tríade de formação, a multiplicar-se, diversificar-se, como uma centopeia que compreende as análises, os estudos teóricos e as práticas de supervisão.

Esse andar de centopeia, com seu pé dentro, pé fora de movimentos sociais, abrange a heterogeneidade dentre os diversos coletivos de psicanalistas, que consideram de antemão a esfera pública, os territórios, a história. Assim, é possível pensar nas possibilidades e contradições dos coletivos de psicanalistas como inerentes ao campo político de nossa época.

21

REFERÊNCIAS

Abílio, L. C. (2020). Uberização: a Era do Trabalhador *Just-in-time*. *Revista Estudos Avançados*, 34(98), 111–126. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>

Ab'saber T. A. (2020). Clínica Aberta e o Analista Grupo: suas transferências e o comum. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 24(4), 501-511. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n4p501.1>

Alonso, A. (2023). *Treze. A Política de Rua de Lula a Dilma*. Companhia das Letras.

Altman, B., & Carlotto, M. (2023). Apresentação. In B. Altman & M. Carlotto, *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Boitempo.

Alves Lima, R. (2019). Clínicas Públicas nos Primórdios da Psicanálise: uma Introdução. *Revista Teoria y Crítica de la Psicología*, 12, 291-314. <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/292>

Estevão, I. R., & Coaracy Neto, A. R. (2024). Coletivos de psicanalistas: pé dentro, pé fora de movimentos sociais. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p06.

Broide, J. Prefácio. (2019). In E. A. Danto, *As Clínicas Públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social*. Perspectiva.

Camarão, P. (2023). *As clínicas sociais de psicologia e psicanálise de 2017 – 2022. Discursos e narrativas*. [Qualificação de mestrado não publicada], Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. (2023). Zine Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. In *Coleção Clínicas de Borda*. N-1.

Coletivo Margem Psicanálise (2023). Zine Coletivo Margem Psicanálise. In *Coleção Clínicas de Borda*. N-1.

Conselho Federal de Psicologia (2022). *Censo psicologia volume 1*. CFP.

Danto, E. A. (2019). *As Clínicas Públicas de Freud. Psicanálise e Justiça Social*. Perspectiva.

Dos Santos, K. Y. P. (2019). *Por um fio: Uma Escuta das Diásporas Pulsionais*. Caligraphie.

22

Dunker, C. I. L. (2023) Prefácio. Uma História do Porvir. In F. Gabarron-Garcia, *Uma História da psicanálise popular*. Ubu.

Freud, S. (2015). Moral sexual "cultural" e o nervosismo moderno. In *Obras Completas* (Vol. 8, Paulo César de Souza, trad.). Companhia das Letras. (originalmente publicado em 1908)

Freud, S. (2010). *Caminhos da terapia psicanalítica*. In *História de uma Neurose Infantil: "o homem dos lobos": além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. Companhia das Letras. (originalmente publicado em 1919)

Guimarães, D. (2020a). Convite à prática pública de psicanálise. In *Portal Outras Palavras: Jornalismo de Profundidade e Póscapitalismo*. <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/convite-a-pratica-publica-de-psicanalise/>

Guimarães, D. (2020b) A proposta singular da Perifanalise. In *Portal Outras Palavras: Jornalismo de Profundidade e Póscapitalismo*. <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/a-proposta-singular-perifanalise/>

Guimarães, T., & Jardim, R. M. M. (2022). Uma tarefa política para a psicanálise brasileira. In C. L. I. Dunker, H. Maia & J. Manoel (Orgs.), *Marxismo, Psicanálise e Revolução*. Lavrapalavra.

Estevão, I. R., & Coaracy Neto, A. R. (2024). Coletivos de psicanalistas: pé dentro, pé fora de movimentos sociais. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p06.

Lacan, J. (2001). Proposição de 9 de outubro de 1967. In J. Lacan, *Outros Escritos*. Jorge Zahar.

Lourau, R. (2004). O instituinte contra o instituído. In S. Altoé (Org.), *René Lourau - Analista Institucional em Tempo Integral*. Hucitec.

Monteiro, L. (2023) A premência do transporte. In *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Boitempo.

Moura, C. (2022). *Sociologia do Negro Brasileiro*. Perspectiva.

Nunes, P. (2023). Sobre junho de 2013 e o movimento negro brasileiro contemporâneo. In B. Altman & M. Carlotto. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Boitempo.

Rolnik, R; Andres, R. (2023). Desculpem o transtorno, é sobre a caixa preta das cidades. In B. Altman & M. Carlotto, *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Boitempo.

Rousseff, D. (2023). Prólogo. In B. Altman & M. Carlotto, *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Boitempo.

Safatle, V. (2021). A Economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In V. Safatle, N. Silva Júnior & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 17-45). Autêntica.

Safatle, V. (2020). *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Autêntica.

Sousa, N.S. (2021) *Tornar-se Negro*. Jorge Zahar.

Sousa, J. L. S., & Magalhães, M. P. (2023). Escuta Ético Política na (Trans)formação de analistas periféricos. *Revista Humanidades e Inovação*, 10(4), 291-302. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8618>

Recebido em: 01º/06/2024

Reapresentado em: 04/09/2024

Aprovado em: 18/09/2024

SOBRE OS AUTORES

Ivan Ramos Estevão é psicanalista. Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) e da Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia

Estevão, I. R., & Coaracy Neto, A, R. (2024). Coletivos de psicanalistas: pé dentro, pé fora de movimentos sociais. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p06.

da Universidade de São Paulo (IP- USP). Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL) e membro da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano (IF-EPFCL). Coordenador do Laboratório de Psicanálise, Política e Sociedade da USP. Publicou os livros "A teoria freudiana do complexo de Édipo" (Escuta, 2017) e "O complexo de Édipo " (Aller, 2021).

Augusto Ribeiro Coaracy Neto é Doutorando no Departamento de Psicologia Clínica da USP, mestre em psicologia social na PUC/SP, coordenador e docente no Instituto Gerar de Psicanálise. É atuante em coletivos clínicos e de formação em psicanálise (Psicanálise na Praça Roosevelt, Mutabis).